

13º Exame de Ordem - 1ª fase - 2000

Direito Civil

1. Em processo civil, quanto ao prazo para recorrer, é correto afirmar que:

- (a) Não se interrompe;
- (b) Será contado em dobro em favor dos litisconsortes sucumbentes, quando estes tiverem diferentes procuradores;
- (c) Nunca será contado em dobro;
- (d) Trata-se de prazo impróprio.

2. Em ação de despejo por falta de pagamento proposta por "A" em face de "B", a sentença julgou procedente o pedido. O imóvel objeto da locação fora sublocado a "C", com o consentimento do locador, "C" não participou da relação processual em primeiro grau de jurisdição. Quanto ao sublocatário "C", considerando a sentença proferida entre "A" e "B", é correto afirmar que:

- (a) Não poderá apelar da sentença porque não possui legitimidade para interpor recurso;
- (b) Só poderá interpor qualquer recurso se for intimado da sentença;
- (c) Poderá apelar na qualidade de terceiro prejudicado;
- (d) Poderá oferecer oposição perante o relator no tribunal.

3. A penhora, como ato de constrição judicial, somente é cabível em:

- (a) Execução de obrigação de fazer;
- (b) Execução por quantia certa contra devedor insolvente;
- (c) Execução contra a fazenda pública;
- (d) Execução por quantia certa contra devedor solvente.

4. A decisão que indefere liminarmente a petição inicial por inépcia, desafia o recuso de:

- (a) Agravo;
- (b) Embargos infringentes;
- (c) Recurso ordinário;
- (d) Apelação.

5. João, tendo locado um imóvel em ruínas, obteve do proprietário autorização para demolí-lo, construindo um prédio de dois andares no local do antigo. Vencido o contrato, o proprietário entrou com pedido de retomada na justiça, fundamentando a desnecessidade de indenizar o réu uma vez que o contrato de locação vedava o direito de retenção por benfeitorias. João não se conformando o procura como advogado, recebendo de sua parte a seguinte orientação:

- (a) Diante do que estabelece o contrato e o princípio de *pacta sunt servanda* João não terá direito a indenização;
- (b) João terá direito a indenização, vez que não se trata de simples benfeitoria e sim de verdadeira acessão, edificada com autorização do proprietário;
- (c) João está agindo de má-fé, pois tinha ciência que as benfeitorias não seriam indenizáveis;
- (d) João terá direito de permanecer no imóvel compensando-se em aluguéis os gastos que efetuou com o imóvel.

6. Maria José, na qualidade de procuradora de Pedro, utilizando-se dos poderes especiais constantes da procuração, outorgou escritura definitiva de imóvel prometido vender a Estela, vez que o preço já se achava quitado. Posteriormente, veio a saber que Pedro falecera dias antes, vítima de um acidente automobilístico. Diante do ocorrido, podemos dizer que:

- (a) Ato praticado é nulo de pleno direito, vez que, com a morte, cessou o valor da procuração;
- (b) Ato é anulável, mas dependerá da iniciativa dos interessados;
- (c) Ato é tido como inexistente ou insubsistente;
- (d) Ato é perfeitamente válido uma vez que visava a ulatimação de negócio já iniciado.

7. "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece". Frase antológica expressada:

- (a) Na Constituição Federal;
- (b) Na Lei Afonso Arinos;
- (c) Na Lei Sarney;
- (d) Na Lei de Introdução ao Código Civil.

8. Arnóbio, hospedeiro de Creso, negou-se a entregar a este seus pertences sob sua guarda, em razão de despesas efetuadas pelo mesmo em seu estabelecimento. O agir de Arnóbio configura:

- (a) Abuso de direito sujeito às penas da lei;
- (b) Antiga prática atualmente abandonada pelo direito;
- (c) Prática relacionada ao penhor legal;
- (d) Praxe vetusta revogada pelo CDC.

Direito Penal

9. Advogado que tem cliente com prisão preventiva decretada e que se encontra foragido, nega-se a indicar seu paradeiro à autoridade policial.

Pergunta-se: O advogado praticou:

- (a) Favorecimento pessoal;
- (b) Favorecimento real;
- (c) Desobediência;
- (d) Nenhum delito.

10. Por terem vigência previamente fixada pelo legislador, as leis temporárias são consideradas:

- (a) Retroativas;
- (b) Ultra-ativas;
- (c) Retroativas em face do princípio da lei benéfica;
- (d) Irretroativas.

11. Quem falsifica documento público e, após, ele próprio, vem a usá-lo, comete crime de:

- (a) Falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material;
- (b) Uso de documento falso;
- (c) Falsificação de documento público;
- (d) Uso de documento falso e falsificação de documento público, em concurso formal.

12. Nos termos do Código Penal, a interdição temporária de direitos está incluída entre:

- (a) As penas restritivas de direitos;
- (b) Os efeitos da condenação;

- (c) As medidas de segurança;
 - (d) As penas restritivas de liberdade.
13. Não se admite, no sistema processual penal brasileiro, a seguinte espécie de flagrante:
- (a) Esperado;
 - (b) Impróprio;
 - (c) Presumido;
 - (d) Preparado.
14. O direito constitucional à ampla defesa abrange:
- (a) Somente a defesa técnica;
 - (b) A defesa técnica e a autodefesa;
 - (c) Somente os direitos de presença e de audiência;
 - (d) Todas as respostas acima estão incorretas.
15. O ato processual que formaliza, em regra, o exercício do direito de ação penal pública é denominado no ordenamento processual penal brasileiro:
- (a) Notícia de crime;
 - (b) Queixa;
 - (c) Reclamação;
 - (d) Denúncia.
16. Para o exercício do direito de ação penal:
- (a) É imprescindível a realização de inquérito policial;
 - (b) Não é imprescindível a realização de inquérito policial;
 - (c) É imprescindível a realização de termo circunstanciado;
 - (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

Direito Trabalhista

17. Contra decisão do Juiz que homologa cálculos em liquidação, o Reclamante pode oferecer:
- (a) Embargos à Execução;
 - (b) Agravo de Petição;
 - (c) Impugnação à Sentença de Liquidação;
 - (d) Nenhuma das alternativas acima.
18. Com a extinção dos Juizes Classistas, o órgão julgador de 1º grau passou a denominar-se:
- (a) Junta de Conciliação e Julgamento;
 - (b) Vara do Trabalho;
 - (c) Juízo Legal Trabalhista;
 - (d) Nenhuma das alternativas acima.

19. Na CIPA, qual representante tem garantia do emprego até 12 meses após o término do mandato:

- (a) Do empregador;
- (b) Da gerência da área;
- (c) Dos empregados;
- (d) Nenhuma das alternativas acima.

20. O empregado doméstico tem direito a:

- (a) Aviso prévio, FGTS obrigatório e 13º salário;
- (b) Férias, participação anual nos lucros e 13º salário;
- (c) FGTS obrigatório, férias e 13º salário;
- (d) Nenhuma das alternativas acima.

21. A prescrição trabalhista para o empregado rural é de:

- (a) 2 anos a contar da data de admissão;
- (b) 5 anos após a rescisão contratual;
- (c) Não há prescrição alguma;
- (d) Igual a do trabalhador urbano.

22. O contrato de experiência tem o prazo limite de:

- (a) 1 ano;
- (b) 60 dias improrrogáveis;
- (c) Até 90 dias prorrogáveis por mais 30;
- (d) Até 90 dias improrrogáveis.

Direito Comercial

23. É correto afirmar que:

- (a) Serão observadas quanto à Sociedade Por Quotas de Responsabilidade Limitada, no que não for regulado no contrato social, e na parte aplicável, as disposições da Lei de Sociedades por Ações;
- (b) Na Sociedade Por Quotas de Responsabilidade Limitada os sócios gerentes respondem sempre pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade;
- (c) A Sociedade Por Quotas de Responsabilidade Limitada pode ter sócios de indústria;
- (d) A constituição de Sociedade Por Quotas de Responsabilidade Limitada pode dispensar a existência de capital social.

24. Na falência é possível:

- (a) Reclamar créditos decorrentes de obrigações a título gratuito;
- (b) A nomeação do próprio falido para administrar a massa falida;
- (c) Pedir a restituição de coisa arrecadada em poder do falido, quando seja devida em virtude de direito real ou de contrato;
- (d) A critério do Juiz dispensar a manifestação do Ministério Público nas ações propostas contra a massa falida.

25. A duplicata mercantil

- (a) É um título abstrato, podendo ser emitido independentemente de qualquer causa;

(b) É um título causal, podendo ser emitido com base em contrato de compra e venda ou de prestação de serviços;

(c) Pode ser sacada com base em contrato de locação comercial de imóveis;

(d) Só pode ser sacada contra comerciantes.

26. É correto afirmar que:

(a) A sociedade por ações deve ter pelo menos sete sócios;

(b) Os contratos mercantis só são válidos após registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Títulos e Documentos;

(c) A falência só pode ser decretada no foro do principal estabelecimento do devedor;

(d) O aval depende de outorga uxória.

Direito Tributário

27. As características de "efetividade ou potencialidade" do serviço público ensejam a criação e cobrança do seguinte tributo:

(a) Imposto;

(b) Taxa;

(c) Tarifa;

(d) Contribuição.

28. A competência para instituir contribuições especiais de intervenção no domínio econômico, cabe;

(a) A União;

(b) Aos Estados;

(c) Ao Distrito Federal;

(d) Aos Municípios.

29. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. Acima temos o princípio da:

(a) Legalidade;

(b) Anterioridade;

(c) Irretroatividade;

(d) Imunidade.

30. As isenções, anistias ou remissões, relativas a impostos, taxas ou contribuições, somente poderão ser concedidas por:

(a) Lei;

(b) Portaria;

(c) Decreto;

(d) Resolução.

Direito Internacional

31. A nacionalidade é matéria sumamente importante ao Direito Internacional, sendo preceituada no artigo 12 da nossa Constituição Federal.

Sobre este instituto podemos afirmar que *será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que*:

(a) Tiver cancelada sua naturalização, por ato administrativo, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

(b) Adquirir outra nacionalidade originária concedida pela lei estrangeira;

(c) Adquirir outra nacionalidade em razão de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis;

(d) Tiver cancelada sua naturalização, por decisão judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

32. Expulsão e Extradicação são espécies de saída coercitiva do estrangeiro do território nacional normatizadas pela Lei 6.815/80. Sobre este tema, leia com atenção as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

I. Não se procederá a expulsão quando o estrangeiro tiver cônjuge brasileiro ou filho brasileiro que, comprovadamente, esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente. Entretanto, verificados o abandono do filho, o divórcio ou a separação, de fato ou de direito, a expulsão poderá efetivar-se a qualquer tempo.

II. Não se concederá a extradicação quando o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente.

III. Não se concederá a extradicação quando a lei brasileira impuser ao crime a pena de prisão igual ou inferior a 1 (um) ano.

IV. Não se concederá a extradicação quando o fato que motivar o pedido constituir crime político.

(a) Todas as alternativas são verdadeiras;

(b) Todas as alternativas são falsas;

(c) I, II e IV são falsas e III é verdadeira;

(d) I e II são falsas e III e IV são verdadeiras.

33. A concessão do passaporte diplomático obedece ao disposto do artigo 6º do Decreto 1.983/96. Assim sendo, qual das alternativas abaixo é falsa:

(a) Conceder-se-á passaporte diplomático ao Presidente da República, ao Vice-Presidente, aos ex-Presidentes da República;

(b) Conceder-se-á passaporte diplomático aos Ministros de Estado;

(c) Conceder-se-á passaporte diplomático aos Governadores do Estado;

(d) Conceder-se-á passaporte diplomático aos Prefeitos do Município.

34. A Carta Rogatória para ser cumprida no Brasil:

(a) Necessita de acordo internacional;

(b) Depende de ratificação do Poder Executivo;

(c) Necessita do *exequatur* do Supremo Tribunal Federal;

(d) Depende de promulgação do Congresso Nacional.

Direito Constitucional

35. Em tema de Poder Constituinte e de Constituição da República Federativa do Brasil, é lícito afirmar que:

(a) A Constituição em vigor é produto do Poder Constituinte derivado decorrente, que é ilimitado e incondicionado;

(b) É material a limitação que proíbe a alteração do texto da constituição na vigência de intervenção Federal, de estado de defesa e de estado de sítio;

(c) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem;

(d) Os Municípios, assim como os Estados Federados, exercem, no sistema em curso, Poder Constituinte originário para a promulgação de suas respectivas Leis Orgânicas, com a sanção dos Prefeitos Municipais.

36. Com pertinência à estrutura fundante do Estado Federal Brasileiro, indique a alternativa correta, dentre as que se seguem:

(a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os dois primeiros (União e Estados) soberanos e os demais (Distrito Federal e Municípios) autônomos;

(b) No exercício e desenvolvimento de suas atividades legislativas, são deferidas aos Estados Federados as competências remanescentes ou residuais;

(c) A eleição dos Prefeitos dos Municípios nos quais se divide o Distrito Federal coincidirá com a eleição dos Prefeitos dos Municípios dos Estados, para mandato de igual duração;

(d) Os Vereadores, além de invioláveis por suas opiniões palavras e votos nos limites do Estado em que exercem a vereança, possuem, também, imunidades formais ou processuais, não podendo ser presos, assim, desde a expedição do mandato, sem prévia licença de sua Casa, salvo na hipótese de flagrante de crime inafiançável.

37. A regra inserida no art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil: "*São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*", é uma norma de:

(a) Eficácia plena, portanto de aplicabilidade direta, imediata e integral;

(b) Eficácia contida, portanto de aplicabilidade direta e imediata, mas que pode ter reduzido o seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional;

(c) Eficácia limitada de princípio institutivo, portanto de aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, dependendo de integração legislativa para dar corpo a instituições, entidades e órgãos;

(d) Eficácia limitada de princípio programático, portanto de aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, estabelecendo programa de natureza governamental a ser desenvolvido através de integração legislativa, visando à realização dos fins sociais do Estado.

38. Afirma-se, no que concerne ao controle de constitucionalidade, que é verdadeira a assertiva:

(a) É competente o Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo federal ou estadual e ação declaratória de constitucionalidade, também, de lei ou ato normativo federal ou estadual, diante da Constituição Federal;

(b) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional, em sessão conjunta, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional, via de exceção, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

(c) A ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão do legislador constituinte originário pode ser proposta, com exclusividade, pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República;

(d) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, em ação direta de sua competência originária, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

39. Assinale a alternativa correta:

(a) As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente;

(b) O Tribunal de Contas da União, com sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, integra, com o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios a estrutura orgânica do Poder Judiciário nacional;

(c) Os partidos políticos, como pessoas jurídicas de direito público interno, ostentam caráter nacional, sendo-lhes assegurada autonomia para

definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias;

(d) As leis delegadas são elaboradas pelo Congresso Nacional, dispensada a sanção do Presidente da República.

40. Aponte, dentre os remédios constitucionais abaixo elencados, aquele que, tendo como um dos pressupostos básicos a falta de norma regulamentadora, objetiva a assegurar o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania:

(a) Mandado de segurança;

(b) *Habeas corpus*;

(c) Mandado de injunção;

(d) *Habeas data*.

Direito Administrativo

41. É sabido que atos discricionários também admitem justiciabilidade, sopesadas as circunstâncias determinantes de sua prática: A

Administração Pública exonera servidor público de um cargo declarado em lei de livre nomeação e exoneração, justificando as razões pelas quais o praticou. Se admitida a apreciação judicial desse ato, por ter sido inquinado de *nulidade*, sua jurisdicionalização deverá fazer-se, sobretudo, mediante aferição do pressuposto de validade legal conceituado, especificamente, como:

(a) Legalidade;

(b) Razoabilidade;

(c) Finalidade;

(d) Motivo.

42. O critério de interpretação da norma administrativa de que decorre o ser vedada, em processo administrativo, aplicação retroativa de nova interpretação, é relativo ao princípio imposto à observância pela Administração Pública conhecido como o da:

(a) Razoabilidade;

(b) Segurança jurídica;

(c) Proporcionalidade;

(d) Eficiência.

43. A assertiva de que o *edital é a lei do contrato* corresponde, no direito administrativo, ao princípio básico enunciado em lei sob denominação:

(a) Julgamento objetivo;

(b) Impessoalidade;

(c) Vinculação ao instrumento convocatório;

(d) Princípio constitucional da isonomia.

44. Quando a Administração Pública põe termo antecipado à execução de contrato celebrado com particulares, diz-se que se utilizou de uma prerrogativa inerente, consoante a teoria geral do contrato administrativo, ao princípio da:

(a) Instabilidade contratual;

(b) Alteração unilateral do contrato;

(c) Mutabilidade contratual;

(d) Executoriedade.

Deontologia Jurídica

45. Um Advogado inscrito na OAB-RJ e exercendo regularmente a advocacia, foi aprovado em concurso e empossado no cargo de fiscal de tributos do Estado do Rio de Janeiro.

Pergunta-se: Como fica a situação daquele Advogado junto à OAB-RJ e quanto ao exercício da advocacia?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando apenas impedido de advogar contra as pessoas de direito público em geral (União, Estados, Municípios, inclusive empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, etc...);
- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando apenas impedido de advogar contra a Fazenda Pública que o remunera ou contra o Estado do Rio de Janeiro;
- (c) **Terá cancelada sua inscrição na OAB-RJ, perdendo a condição de Advogado e, conseqüentemente, não poderá mais advogar;**
- (d) Ficará licenciado da advocacia e, portanto, totalmente proibido de exercer a advocacia durante o tempo em que estiver no cargo de fiscal de tributos.

46. Constituído para ingressar em juízo com uma ação de ressarcimento de danos, o Advogado JOSÉ DA SILVA ajustou verbalmente com o Cliente (o autor da ação) honorários advocatícios no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Terminado o processo, satisfatoriamente, José da Silva cobrou do referido cliente os honorários que haviam ajustado. Este, porém, vem se recusando a pagar.

Pergunta-se: Qual a medida judicial adequada, no caso citado, para José da Silva receber aqueles honorários advocatícios?

- (a) Propor uma Ação de Cobrança, pelo Procedimento Ordinário;
- (b) **Propor uma Ação de Cobrança, pelo Procedimento Sumário;**
- (c) Propor uma Execução por Quantia Certa (nos próprios autos da ação de ressarcimento de danos em que funcionou ou em processo autônomo);
- (d) Requerer ao Juiz da referida ação de ressarcimento de danos que deduza o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) da quantia a ser recebida por seu Cliente, para ser pago diretamente a ele, José da Silva.

47. Dos procedimentos abaixo, assinale aquele que é expressamente vedado pelo Código de Ética e Disciplina da OAB.

- (a) Reter, abusivamente, os autos de um processo que retirou de Cartório mediante "carga";
- (b) Valer-se de agenciador de causas, mediante participação em honorários a receber;
- (c) Solicitar ou receber dinheiro do Cliente para a aplicação ilícita ou desonesta;
- (d) **Funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.**

48. O que é necessário para que uma Sociedade de Advogados adquira personalidade jurídica?

- (a) Apenas o registro de seu Contrato ou Estatuto Social na Junta Comercial;
- (b) Apenas o registro de seu Contrato ou Estatuto Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- (c) **Apenas o registro de seu Contrato ou Estatuto Social na OAB;**
- (d) O registro de seu Contrato ou Estatuto Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, na OAB e no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - antigo CGC).

49. O Advogado PEDRO PEDREIRA cometeu reiterados erros no exercício da advocacia que, em processo disciplinar na OAB-RJ, concluí-se pela inépcia profissional do mesmo.

Pergunta-se: Qual pena disciplinar será aplicada, no caso, ao referido Advogado?

- (a) Pena de Exclusão do Quadro de Advogados da OAB-RJ;
- (b) Pena de Suspensão do exercício da advocacia, até que preste novas provas de habilitação;
- (c) Pena de Suspensão do exercício da advocacia, pelo prazo de trinta dias a doze meses;
- (d) Pena de Censura, que poderá ser cumulada com a pena de multa.

50. O Advogado MARCELO DOS ANJOS, sabendo que José da Silva foi demitido da empresa em que trabalhava e da qual recebeu todas as verbas resilitórias que eram devidas pela dispensa, aceitou procuração de José da Silva e ingressou com Reclamação Trabalhista, pleiteando o pagamento das mesmas verbas resilitórias, alegando que não foram pagas.

Pergunta-se: Como se denomina tal procedimento do Advogado MARCELO DOS ANJOS?

- (a) Lide Temerária;
- (b) Patrocínio Infiel;
- (c) Exercício Ilegal da Advocacia;
- (d) Tergiversação.